CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICOS(AS) PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO/MG - EDITAL Nº 01/2024

RETIFICAÇÃO Nº 03

O **Município de Capitólio** e o **Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP** RESOLVEM RETIFICAR o Edital nº 01/2024, de 17/07/2024, e os respectivos anexos I, II, III, IV, IX e XIII, na forma abaixo especificada:

EDITAL Nº 01/2024

ONDE SE LÊ:

O Município de Capitólio/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa - IBGP, tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções para quadro permanente de pessoal e cadastro de reserva do Município de Capitólio/MG, que reger-se-ão pelas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências."; na Portaria Federal nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que "Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)."; na Lei **Federal nº 13.595**, de 5 de janeiro de 2018, que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias."; na Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias."; na Lei Orgânica do Município de Capitólio, de 20 de março de 1990, e alterações posteriores; na Lei Municipal nº 796, de 27 de junho de 1990, que "Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e aprova o quadro de planos, cargos e salários e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 001, de 05 de abril de 1995, que "Dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.103, de 29 de maio de 1997, que "Dispõe sobre a criação de Emprego de Carreira e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 002, de 20 de abril de 2006, que "dispõe sobre a criação de emprego de carreira no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências"; na Lei Complementar Municipal nº 002, de 24 de abril de 2007, que "Cria e extingue empregos do Quadro Efetivo de Servidores, altera o nível de escolaridade de emprego do Quadro de Servidores, estabelece os empregos e a quantidade de vagas do Quadro de Servidores Efetivos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal **nº 010,** de 15 de setembro de 2009, que "dispõe sobre criação de empregos públicos e aumento do número de vagas no Quadro de Emprego dos Servidores Efetivos do Município de Capitólio, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 08 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de provimento efetivo, do Quadro de Servidores Públicos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 08 de julho de 2014, que "Dispõe sobre a criação de empregos públicos e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 005, de 03 de março de 2017 que "Cria Emprego Público de Agente de Turismo e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 017, 09 de novembro de 2017, que "Cria Emprego Público de Fiscal Municipal no Quadro de Empregados Públicos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 005, de 21 de março de 2018, que "Cria o Emprego Público de Zelador e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 23 de abril de 2019, que "acrescenta atribuições ao Cargo de Fiscal Municipal, altera as condições para ingresso no cargo e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 008, de 04 de junho de 2019, que "altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 001 de 05 de abril de 1995, o quantitativo de vagas de empregos públicos e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 019, de 27 de novembro de 2019, que "Cria Emprego Público de Médico Veterinário no Quadro de Empregados Públicos do Município de Capitólio, e dá outras

providências."; na Lei Complementar Municipal nº 003, de 21 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 03 de abril de 2020, que "Cria, extingue e altera empregos públicos do Município de Capitólio, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 016, de 12 de março de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de Empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 18, de 03 de maio de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 022, de 16 de dezembro de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências"; na Lei Complementar Municipal nº 025, de 18 de março de 2022, que "Dispõe sobre a alteração dos vencimentos dos empregos públicos e cargos comissionados do Quadro de Servidores da Educação Básica do Município de Capitólio/MG que menciona e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 027, de 10 de junho 2022, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de Empregos de Carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG, e a Lei Complementar nº 002; de 20 de abril de 2006, que dispõe sobre a criação de Emprego de Carreira no Âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de julho 2022, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, 'que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da prefeitura municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 029, de 18 de julho 2022, que "dispõe sobre a adequação ao Piso Salarial Profissional Nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e agentes comunitários de saúde (ACS), nos termos da Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022, e portaria MG/MS nº 1.971, de 30 de junho de 2022, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 040, de 02 de junho de 2023, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências. "; bem como alterações posteriores e ainda nas legislações complementares e demais normas contidas neste Edital.

LEIA-SE:

O Município de Capitólio/MG e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa - IBGP, tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos/funções para quadro permanente de pessoal e cadastro de reserva do Município de Capitólio/MG, que reger-se-ão pelas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que "Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências."; na Portaria Federal nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que "Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)."; na Lei **Federal nº 13.595**, de 5 de janeiro de 2018, que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias."; na Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias."; na Lei Orgânica do Município de Capitólio, de 20 de março de 1990, e alterações posteriores; na Lei Municipal nº 796, de 27 de junho de 1990, que "Institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e aprova o quadro de planos, cargos e salários e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 001, de 05 de abril de 1995, que "Dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Municipal nº 1.103, de 29 de maio de 1997, que "Dispõe sobre a criação de Emprego de Carreira e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 002, de 20 de abril de 2006, que "dispõe sobre a criação de emprego de carreira no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências"; na Lei Complementar Municipal nº 002, de 24 de

abril de 2007, que "Cria e extingue empregos do Quadro Efetivo de Servidores, altera o nível de escolaridade de emprego do Quadro de Servidores, estabelece os empregos e a quantidade de vagas do Quadro de Servidores Efetivos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal **nº 010,** de 15 de setembro de 2009, que "dispõe sobre criação de empregos públicos e aumento do número de vagas no Quadro de Emprego dos Servidores Efetivos do Município de Capitólio, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 08 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de cargo de provimento efetivo, do Quadro de Servidores Públicos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 08 de julho de 2014, que "Dispõe sobre a criação de empregos públicos e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 005, de 03 de março de 2017 que "Cria Emprego Público de Agente de Turismo e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 017, 09 de novembro de 2017, que "Cria Emprego Público de Fiscal Municipal no Ouadro de Empregados Públicos do Município de Capitólio e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 005, de 21 de março de 2018, que "Cria o Emprego Público de Zelador e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 23 de abril de 2019, que "acrescenta atribuições ao Cargo de Fiscal Municipal, altera as condições para ingresso no cargo e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 008, de 04 de junho de 2019, que "altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 001 de 05 de abril de 1995, o quantitativo de vagas de empregos públicos e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 019, de 27 de novembro de 2019, que "Cria Emprego Público de Médico Veterinário no Quadro de Empregados Públicos do Município de Capitólio, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 003, de 21 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 006, de 03 de abril de 2020, que "Cria, extingue e altera empregos públicos do Município de Capitólio, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 016, de 12 de março de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de Empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 18, de 03 de maio de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreira da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 022, de 16 de dezembro de 2021, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências"; na Lei Complementar Municipal nº 025, de 18 de março de 2022, que "Dispõe sobre a alteração dos vencimentos dos empregos públicos e cargos comissionados do Quadro de Servidores da Educação Básica do Município de Capitólio/MG que menciona e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 027, de 10 de junho 2022, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de Empregos de Carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG, e a Lei Complementar nº 002; de 20 de abril de 2006, que dispõe sobre a criação de Emprego de Carreira no Âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de julho 2022, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, 'que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da prefeitura municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 029, de 18 de julho 2022, que "dispõe sobre a adequação ao Piso Salarial Profissional Nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e agentes comunitários de saúde (ACS), nos termos da Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, Portaria GM/MS nº 2.109, de 30 de junho de 2022, e portaria MG/MS nº 1.971, de 30 de junho de 2022, e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 040, de 02 de junho de 2023, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 048, de 12 de novembro de 2024, que "Altera a Lei Complementar nº 001, de 05 de abril de 1995, que dispõe sobre a criação e reestruturação de empregos de carreia da Prefeitura Municipal de Capitólio/MG e dá outras providências."; na Lei Complementar Municipal nº 049, de 18 de novembro de 2024, que "Altera a Lei Complementar nº 006, de 03 de abril de 2020, que cria, extingue e altera empregos públicos do Município de Capitólio/MG e dá outras providências.": bem como alterações posteriores e ainda nas legislações complementares e demais normas contidas neste Edital.

ONDE SE LÊ:

1.7. Constituem-se anexos deste Edital, dele sendo parte integrante:

Anexo I – Cargos/Funções, Escolaridades, Requisitos, Jornadas de Trabalho, Vencimentos e Vagas (Ampla Concorrência, Pessoas com Deficiência – PcD);

Anexo II – Descrições e Atribuições dos(as) Cargos/Funções;

Anexo III – Quadro de Provas;

Anexo IV – Conteúdos Programáticos;

Anexo V – Declaração para Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição;

Anexo VI – Modelo de Declaração e de Laudo Médico para Pessoas com Deficiência (PcD) e Solicitação de Condição Especial;

Anexo VII – Formulário para Recurso Impresso (somente para candidato que não conseguir interpor recurso via *internet*);

Anexo VIII - Critérios de Avaliação da Prova de Títulos;

Anexo IX - Regulamento e Critérios para Avaliação da Prova Prática;

Anexo X - Definição das Áreas Geográficas - Somente para Agente Comunitário de Saúde – ACS;

Anexo XI - Declaração de Residência - Somente para Agente Comunitário de Saúde - ACS;

Anexo XII - Declaração de Residência em Nome de Terceiros - Somente para Agente Comunitário de Saúde - ACS;

LEIA-SE:

1.7. Constituem-se anexos deste Edital, dele sendo parte integrante:

Anexo I – Cargos/Funções, Escolaridades, Requisitos, Jornadas de Trabalho, Vencimentos e Vagas (Ampla Concorrência, Pessoas com Deficiência – PcD);

Anexo II – Descrições e Atribuições dos(as) Cargos/Funções;

Anexo III – Quadro de Provas;

Anexo IV – Conteúdos Programáticos;

Anexo V – Declaração para Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição;

Anexo VI – Modelo de Declaração e de Laudo Médico para Pessoas com Deficiência (PcD) e Solicitação de Condição Especial;

Anexo VII – Formulário para Recurso Impresso (somente para candidato que não conseguir interpor recurso via *internet*);

Anexo VIII – Critérios de Avaliação da Prova de Títulos;

Anexo IX - Regulamento e Critérios para Avaliação da Prova Prática;

Anexo X - Definição das Áreas Geográficas - Somente para Agente Comunitário de Saúde – ACS;

Anexo XI - Declaração de Residência - Somente para Agente Comunitário de Saúde - ACS;

Anexo XII - Declaração de Residência em Nome de Terceiros - Somente para Agente Comunitário de Saúde - ACS;

Anexo XIII - Termo de Responsabilidade para Condução de Veículos/Equipamentos na Prova Prática.

ONDE SE LÊ:

2.1. Este Concurso Público oferta um total de **93(noventa e três) vagas** para os classificados, conforme **Anexo I**, com previsão de formação de cadastro reserva para os classificados que excederem às vagas ofertadas, inclusive às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD).

LEIA-SE:

2.1. Este Concurso Público oferta um total de **98(noventa e oito) vagas** para os classificados, conforme **Anexo I**, com previsão de formação de cadastro reserva para os classificados que excederem às vagas ofertadas, inclusive às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD).

ONDE SE LÊ:

4.2.1. As inscrições deverão ser realizadas, exclusivamente, via *internet*, pelo endereço eletrônico **novo.ibgpconcursos.com.br**, no *link* correspondente ao certame, no período **das 09h do dia**

30/09/2024 às 16h do dia 29/10/2024, de acordo com este Edital.

LEIA-SE:

4.2.1. As inscrições deverão ser realizadas, exclusivamente, via *internet*, pelo endereço eletrônico novo.ibgpconcursos.com.br, no *link* correspondente ao certame, no período das 09h do dia 30/09/2024 às 16h do dia 29/10/2024, e no segundo período das 09h do dia 02/12/2024 às 16h do dia 09/01/2025, de acordo com este Edital.

ONDE SE LÊ:

4.2.4. O pagamento do valor da Taxa de Inscrição deverá ser efetuado até o dia **30/10/2024**, em toda a rede bancária, observados a data de vencimento do boleto, os horários de atendimento e as transações financeiras de cada instituição bancária.

LEIA-SE:

4.2.4. O pagamento do valor da Taxa de Inscrição deverá ser efetuado até o dia **30/10/2024** e até o dia **10/01/2025** para a segunda fase de inscrição, em toda a rede bancária, observados a data de vencimento do boleto, os horários de atendimento e as transações financeiras de cada instituição bancária.

ONDE SE LÊ:

4.2.8. A (re)impressão do boleto bancário (2ª via) da Taxa de Inscrição será possível, via *internet*, no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, somente até às 17h do dia 30/10/2024.

LEIA-SE:

4.2.8. A (re)impressão do boleto bancário (2ª via) da Taxa de Inscrição será possível, via *internet*, no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, somente até às 17h do dia 30/10/2024 e até às 17h do dia 10/01/2025 para a segunda fase de inscrição.

ONDE SE LÊ:

4.2.13. As inscrições deferidas serão divulgadas no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, até o dia 05/11/2024.

LEIA-SE:

4.2.13. As inscrições deferidas serão divulgadas no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, até o dia 05/11/2024 e até o dia 20/01/2025 para a segunda fase de inscrição.

ONDE SE LÊ:

5.5. Para solicitar a isenção de pagamento de Taxa de Inscrição, o candidato deverá enviar os documentos obrigatórios/comprobatórios correspondentes à condição dele, previstas neste Edital, no período entre as **09h do dia 30/09/2024 até às 16h do dia 02/10/2024**, considerando-se o horário oficial de Brasília/DF.

LEIA-SE:

5.5. Para solicitar a isenção de pagamento de Taxa de Inscrição, o candidato deverá enviar os documentos obrigatórios/comprobatórios correspondentes à condição dele, previstas neste Edital, no período entre as **09h do dia 30/09/2024 até às 16h do dia 02/10/2024 e** no segundo período **das 09h do dia 02/12/2024 às 16h do dia 04/12/2024**, considerando-se o horário oficial de Brasília/DF.

ONDE SE LÊ:

5.10. O resultado da solicitação de isenção de pagamento de Taxa de Inscrição será divulgado no endereço eletrônico **novo.ibgpconcursos.com.br**, até o dia **08/10/2024**.

LEIA-SE:

5.10. O resultado da solicitação de isenção de pagamento de Taxa de Inscrição será divulgado no pagamento de Inscrição será divulgado de Inscrição será divulgado de Inscri

endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, até o dia 08/10/2024 e até o dia 09/12/2024 para a segunda fase de isenção.

ONDE SE LÊ:

5.13.1. O boleto bancário será disponibilizado no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, durante todo o período de inscrição, e deverá ser pago até o dia 30/10/2024.

LEIA-SE:

5.13.1. O boleto bancário será disponibilizado no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u>, durante todo o período de inscrição, e deverá ser pago até o dia 30/10/2024 e até o dia 10/01/2025 para a segunda fase de inscrição.

ONDE SE LÊ:

6.13. A publicação da solicitação para concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PcD) será divulgada no endereço eletrônico **novo.ibgpconcursos.com.br** no dia **05/11/2024**.

LEIA-SE:

6.13. A publicação da solicitação para concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PcD) será divulgada no endereço eletrônico <u>novo.ibgpconcursos.com.br</u> no dia 05/11/2024 e até o dia 20/01/2025 para a segunda fase de inscrição.

ONDE SE LÊ:

9.2.1. A aplicação da prova ocorrerá na data provável de **01/12/2024** (**domingo**), **nos turnos da manhã e da tarde**, divididos por cargo, conforme descrito nos quadros a seguir:

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENT O DO PORTÃO
01/12/2024 (domingo)	Manhã Das 09h15 às 12h45	101 - CANTINEIRA 102 - CARPINTEIRO 103 - FISCAL MUNICIPAL 105 - MECÂNICO 107 - OPERADOR DE MÁQUINAS 110 - SERVENTE 301 - AGENTE ADMINISTRATIVO 302 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS JOSÉ PEREIRA DE MELO (RURAL) 303 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS PEDRO DOMINGOS MACHADO 304 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS TEREZINHA RATTIS 308 - FISCAL SANITÁRIO 501 - ASSISTENTE SOCIAL 502 - ENFERMEIRO PSF 503 - ENGENHEIRO CIVIL 504 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO 505 - FISIOTERAPEUTA 30H 506 - MÉDICO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 30H 507 - MÉDICO VETERINÁRIO 508 - NUTRICIONISTA 509 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA A	Abertura às 08h e fechamento às 09h00min00seg

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
01/12/2024 (domingo)	Tarde Das 14h15 às 17h45	104 - GUARDA 106 - MOTORISTA 108 - OPERÁRIO 109 - PEDREIRO 201 - ZELADOR 305 - AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS 306 - AGENTE DE TURISMO 307 - FISCAL DE TRIBUTOS 401 - AUXILIAR DE CRECHE 402 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM 510 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA B - INGLÊS 511 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA C 512 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA C 513 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Revogado) 514 - PSICÓLOGO 515 - TÉCNICO DESPORTIVO II (Revogado) 601 - SUPERVISOR ESCOLAR	Abertura às 13h e fechamento às 14h00min00seg

LEIA-SE:

9.2.1. A aplicação da prova ocorrerá na data provável de 09/02/2025 (domingo), nos turnos da manhã e da tarde, divididos por cargo, conforme descrito nos quadros a seguir:

DATA DA PROVA
102 - CARPINTEIRO 103 - FISCAL MUNICIPAL 105 - MECÂNICO 107 - OPERADOR DE MÁQUINAS 110 - SERVENTE 301 - AGENTE ADMINISTRATIVO 302 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS JOSÉ PEREIRA DE MELO (RURAL) 303 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS PEDRO DOMINGOS MACHADO 304 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS PEREZINHA RATTIS 308 - FISCAL SANITÁRIO 501 - ASSISTENTE SOCIAL 502 - ENFERMEIRO PSF 503 - ENGENHEIRO CIVIL 504 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO 505 - FISIOTERAPEUTA 30H 506 - MÉDICO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 30H 507 - MÉDICO VETERINÁRIO 508 - NUTRICIONISTA 509 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA A 513 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 500 - PR
www.concursoz.com

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO	
		104 - GUARDA		
		106 - MOTORISTA		
		108 - OPERÁRIO		
		109 - PEDREIRO		
		201 - ZELADOR	Abertura às 13h e	
		305 - AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS		
	Tarde Das 14h15 às 17h45	306 - AGENTE DE TURISMO		
00/02/2025		307 - FISCAL DE TRIBUTOS		
09/02/2025 (domingo)		401 - AUXILIAR DE CRECHE	fechamento às	
(uomingo)		402 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14h00min00seg	
		510 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA B - INGLÊS		
		511 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA B - MÚSICA		
		512 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA C 514 - PSICÓLOGO		
		515 - TÉCNICO DESPORTIVO II		
		516 - DENTISTA		
		601 – SUPERVISOR ESCOLAR		

ONDE SE LÊ:

9.5.1. A 2ª Etapa deste Concurso Público para os(as) cargos/funções 102 – Carpinteiro, 105 – Mecânico, 106 – Motorista, 107 - Operador de Máquinas e 109 - Pedreiro, consiste em Prova Prática, de caráter eliminatório, os candidatos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme item 10.1., limitados ao total de 04(quatro) vezes o número de vagas ofertadas; e para o caso dos cargos/funções de Cadastro Reserva (CR) será convocado um quantitativo de 04(quatro) candidatos com maior pontuação obtida no somatório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha; acrescidos dos candidatos empatados, respeitado o Edital e o Anexo I.

LEIA-SE:

9.5.1. A 2ª Etapa deste Concurso Público para os(as) cargos/funções 102 – Carpinteiro, 105 – Mecânico, 106 – Motorista, 107 - Operador de Máquinas e 109 - Pedreiro, consiste em Prova Prática, de caráter eliminatório, os candidatos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme item 10.1., limitados ao total de 10(dez) vezes o número de vagas ofertadas, considerando-se a equivalência de percentual das cotas, caso haja candidatos aprovados para as reservas de cotas; e para o caso dos cargos/funções de Cadastro Reserva (CR) será convocado um quantitativo de 10(dez) candidatos com maior pontuação obtida no somatório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha; acrescidos dos candidatos empatados, respeitado o Edital e o Anexo I.

ONDE SE LÊ:

- 9.5.6.1. Para a realização da Prova Prática, os candidatos ao(à) cargo/função de Motorista deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "D"; os candidatos ao(à) cargo/função de Operador de Máquinas deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "C", conforme estabelecido no Anexo I do Edital nº 01/2024.
- 9.5.7. A não apresentação dos documentos referidos nos itens 9.5.6. e 9.5.6.1 não dará direito ao candidato de fazer a prova e, consequentemente, será eliminado do Concurso Público.

LEIA-SE:

9.5.6.1. Para a realização da Prova Prática, os candidatos ao(à) cargo/função de Motorista deverábr

apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "D"; os candidatos ao(à) cargo/função de Operador de Máquinas deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "C", conforme estabelecido no Anexo I do Edital nº 01/2024, e os candidatos de ambos os cargos deverão entregar no dia da Prova Prática o Anexo XII - Termo de Responsabilidade para Condução de Veículos/Equipamentos na Prova Prática, devidamente preenchido e assinado.

- 9.5.7. A não apresentação dos documentos referidos nos itens 9.5.6. e 9.5.6.1 não dará direito ao candidato de fazer a prova e, consequentemente, será <u>eliminado</u> do Concurso Público.
- **9.5.8.** O candidato aos cargos de Motorista e Operador de Máquinas Pesadas é responsável por arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer acidente e/ou avaria causado por ele nos veículos/equipamentos disponibilizados pela Administração Pública do **Município de Capitólio/MG** durante a realização da Etapa da Prova Prática.

ANEXO I - CARGOS/FUNÇÕES, ESCOLARIDADES, REQUISITOS PARA INGRESSO, JORNADAS DE TRABALHO, VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD) E VENCIMENTO INICIAL.

ONDE SE LÊ:

[...]

[...]

[...]

LEIA-SE:

[...]

[...]

[...]

ANEXO II – DESCRIÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES

ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 301 - AGENTE ADMINISTRATIVO (Lei Municipal nº 001/1995).

REQUISITO: Ensino Médio Completo e datilografia.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 301 - AGENTE ADMINISTRATIVO (Lei Municipal nº 001/1995).

REQUISITO: Ensino Médio Completo e datilografia. (Revogado)

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 307 - FISCAL DE TRIBUTOS (Lei Municipal nº 001/1995).

REQUISITO: Ensino Médio Completo e datilografia.

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 307 - FISCAL DE TRIBUTOS (Lei Municipal nº 001/1995).

REQUISITO: Ensino Médio Completo e datilografia. (Revogado)

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 513 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Lei Complementar Municipal n° 001/1995 – Lei Complementar Municipal n° 002/2006).

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física e registro no respectivo Conselho Regional.

CARGA HORÁRIA: 24 horas semanais.

ATRIBUIÇÕES:

- Ministrar aulas teóricas e práticas no ensino fundamental;
- Acompanhar a produção da área educacional e cultural;
- Planejar o curso, a disciplina e o projeto pedágio;
- Avaliar o processo de ensino aprendizagem;
- Preparar aulas e participar de atividades institucionais e correlatadas;
- Cumprir e fazer com que s cumpram todas as leis, decretos, portarias e demais atos expedidos por autoridades competentes;
- Executar outras tarefas correlatas.

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 515 - TÉCNICO DESPORTIVO II (Lei Municipal nº 006/2020).

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física.

CARGA HORÁRIA: 25 horas semanais.

ATRIBUIÇÕES:

- Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade;
- Veicular informações que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;
- Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas corporais;
- Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes PSF na comunidade:
- Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população;
- Outras atividades inerentes à função.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 513 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Lei Complementar Municipal n° 001/1995 – Lei Complementar Municipal n° 002/2006).

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física em nível de licenciatura e registro no respectivo Conselho Regional.

CARGA HORÁRIA: 24 horas semanais.

ATRIBUIÇÕES:

- Ministrar aulas teóricas e práticas no ensino fundamental;
- Acompanhar a produção da área educacional e cultural;
- Planejar o curso, a disciplina e o projeto pedágio;
- Avaliar o processo de ensino aprendizagem;
- Preparar aulas e participar de atividades institucionais e correlatadas;
- Cumprir e fazer com que s cumpram todas as leis, decretos, portarias e demais atos expedidos por autoridades competentes;
- Executar outras tarefas correlatas.

....<u>]</u>

CARGO/FUNÇÃO: 515 - TÉCNICO DESPORTIVO II (Lei Municipal nº 006/2020 - Lei Complementar Municipal nº 049/2024).

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física em nível de bacharelado e/ou licenciatura plena (Resolução CFE nº 03/1987) e registro no respectivo Conselho Regional.

CARGA HORÁRIA: 25 horas semanais.

ATRIBUIÇÕES:

- Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade;
- Veicular informações que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;
- Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;
- Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;

- Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pela Equipe da Atenção Primária em Saúde;
- Promover eventos que estimulem ações que valorizem atividade física/práticas corporais e sua importância para a saúde da população;
- Elaborar programas e planos de preparação técnica, desportiva, física e humana dos alunos/atletas;
- Outras atividades inerentes à função.

[...]

INCLUI-SE:

CARGO/FUNÇÃO: 516 - DENTISTA (Lei Complementar Municipal nº 001/1995).

REQUISITO: Ensino Superior Completo em Odontologia e registro no Conselho Regional de Odontologia.

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

ATRIBUIÇÕES:

- Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a incidência de cáries e outras infecções.
- Identificar as infecções quanto a extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos especiais, exames laboratoriais e/ou radiológicos, para estabelecer o plano de tratamento;
- Aplicar anestesia troncular, gengival ou tópica, utilizando medicamentos anestésicos;
- Extrair raízes e dentes, utilizando boticões, alavancas e outros instrumentos;
- Restaurar cáries dentárias, empregado aparelhos e substâncias especiais, como amálgamas, cimento, porcelana, ouro ou outras substâncias;
- Fazer limpeza profiláticas dos dentes e gengivas, extraindo tártaros, eliminando a instalação de focos de infecção;
- Substituir ou restaurar partes da coroa dentária, repondo com incrustação ou coroas protéicas para complementar ou substituir o órgão dentário, facilitar a mastigação da boca, usando procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou proteicos;
- Fazer perícia odonto-administrativa, examinando a cavidade bucal e os dentes, visando fornecer atestado para admissão de servidores, concessão de licença, abono de faltas, e outros;
- Fazer perícia odontolegal, para fornecer laudos, responder as questões e dar outras informações;
- Aconselhar a população sobre cuidados de higiene bucal;
- Realizar tratamentos especiais, servindo-se da prótese e de outros meios para recuperar perdas de tecidos moles ou ósseos;
- Prescrever ou administrar medicamentos, determinados por via oral ou parenteral, para prevenir hemorragias pós-cirúrgica ou avulsão, ou tratar de infecções da boca e dentes;
- Diagnosticar a má oclusão, examinando-os por ocasião da consulta ou tratamento.
- Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO III – QUADRO DE PROVAS

ONDE SE LÊ:

[...]

LEIA-SE:

[...]

ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 513 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação física no Brasil sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. Desenvolvimento psicomotor. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental como inclusão escolar (relações étnico-raciais, gênero, Pessoa com Deficiência - PcD). As relações entre a Educação física e as outras disciplinas. Lúdico, o jogo, criatividade e a cultura popular. O lazer enquanto elemento pedagógico. Avaliação em educação física. Organização e legislação do ensino da educação física. Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos esportivos. Didática. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) Educação Infantil e Ensino Fundamental, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino: Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Diretrizes Curriculares; Lei Federal nº 9.394/1996, e atualizações; Lei Federal nº 13.146/2015 - Inclusão de Pessoa com Deficiência; Base Nacional Comum; Plano Nacional de Educação; Lei Federal nº 11.738/2008 - Piso Educacional, e atualizações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Resolução CEE nº 481/2021 - Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais nas escolas de Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais. (Revogado) [...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 515 - TÉCNICO DESPORTIVO II

Organização e administração de eventos esportivos e de promoção da saúde. Atividade física, saúde e qualidade de vida. Lazer, recreação e jogos. Atividade motora adaptada. Avaliação física. Fisiologia do exercício e bioenergética. Aprendizagem motora. Cinesiologia e Biomecânica. Pedagogia do esporte. Treinamento físico e esportivo. Primeiros socorros. Periodização. Grupos especiais. (Revogado)

L

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 513 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação física no Brasil – sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. Desenvolvimento psicomotor. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental como inclusão escolar (relações étnico-raciais, gênero, Pessoa com Deficiência - PcD). As relações entre a Educação física e as outras disciplinas. Lúdico, o jogo, criatividade e a cultura popular. O lazer enquanto elemento pedagógico. Avaliação em educação física. Organização e legislação do ensino da educação física. Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos esportivos. Didática. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino: Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Diretrizes Curriculares; Lei Federal nº 9.394/1996, e atualizações; Lei Federal nº 13.146/2015 - Inclusão de Pessoa com Deficiência; Base Nacional Comum; Plano Nacional de Educação; Lei Federal nº 11.738/2008 - Piso Educacional, e atualizações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Resolução CEE nº 481/2021 - Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais nas escolas de Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais.

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 515 – TÉCNICO DESPORTIVO II

Legislação Profissional de Educação Física. Ética profissional. Sistema Único de Saúde. Atividade física, saúde e qualidade de vida. Saúde Coletiva. Atuação do Profissional de Educação Física no programa saúde da família. Atividade Física e Saúde, planejamento, avaliação, prescrição e orientação de programas de atividade física. Atividade motora adaptada. Cinesiologia e biomecânica. Fisiologia do exercício. Cineantropometria e desempenho humano. Aprendizagem motora. Treinamento físico e esportivo. Primeiros socorros. Lazer, recreação e jogos. Epidemiologia da Atividade Física. O papel do profissional de educação física na atenção integral à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto e idoso.

[...]

INCLUI-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 516 – DENTISTA

SB Brasil 2010. Epidemiologia das doenças bucais: cárie, doenças periodontais e câncer bucal: conceito, etiologia, evolução, medidas de controle, diagnóstico, tratamento, prognóstico e prevenção. Uso do flúor na prevenção e tratamento da cárie dentária; Métodos de Uso Coletivo do Flúor; Fluorose Dentária – Aspectos clínicos e Epidemiológicos. Código de Ética em odontologia e trabalho em equipe. Prática odontológica baseada na promoção de saúde. Educação em Saúde: ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais. Biossegurança, ergonomia e controle de infecção em odontologia. Procedimentos cirúrgicos de pequeno e médio porte, extração simples, sem odontosecção e com odontosecção, extração com alveoloplastia, biópsias, suturas, drenagem de manifestações agudas e crônicas. Dentística: preparo de cavidades, materiais de proteção do complexo pulpodentário, materiais restauradores. Estomatologia: patologias intra e extraósseas da cavidade bucal – características clínicas, diagnóstico e tratamento. Manifestações bucais de doenças sistêmicas. Farmacologia e terapêutica: bases farmacológicas da terapêutica medicamentosa em odontologia; prevenção e controle da dor; uso clínico de medicamentos; mecanismos de ação e efeitos tóxicos dos fármacos, receituário.

ANEXO IX - REGULAMENTO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

ONDE SE LÊ:

2.4. Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados na etapa anterior (Resultado do somatório da Prova Objetiva), limitados ao total de **04(quatro) vezes** o número de vagas ofertadas para o(a) cargo/função, acrescido dos candidatos empatados, respeitado o Edital e o **Anexo I**, estando distribuídas de forma totalizada com previsão conforme se segue:

CARGOS/FUNÇÕES	QUANTIDADE
102 - Carpinteiro (Ampla Concorrência)	04
105 - Mecânico (Ampla Concorrência)	04
106 - Motorista (Ampla Concorrência)	08
107 - Operador de Máquinas (Ampla Concorrência)	04
109 - Pedreiro (Ampla Concorrência)	04
TOTAL	24

2.5. Em caso de haver candidato com deficiência (PcD) para os(as) cargos/funções descritos no quadro do item 2.3., a pontuação exigida será a mesma para candidatos às vagas de ampla concorrência e às vagas de PcD, porém o veículo utilizado para a realização da prova poderá ser adaptado e, para tanto, o candidato deverá encaminhar solicitação em até 07(sete) dias úteis antes da prova para o *e-mail:* **contato@ibgp.org.br**.

LEIA-SE:

2.4. Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados na etapa anterior (Resultado do somatório da Prova Objetiva), limitados ao total de **10(dez) vezes** o número de vagas ofertadas para o(a) cargo/função, considerando-se a equivalência de percentual das cotas, caso haja candidatos aprovados para as reservas de cotas; e para o caso dos cargos/funções de Cadastro Reserva (CR) será convocado um quantitativo de **10(dez) candidatos** com maior pontuação obtida no somatório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha; acrescido dos candidatos empatados, respeitado o Edital e o **Anexo I**, estando distribuídas de forma totalizada com previsão conforme se segue:

CARGOS/FUNÇÕES	QUANTIDADE
102 - Carpinteiro (Ampla Concorrência)	10
105 - Mecânico (Ampla Concorrência)	10
106 - Motorista (Ampla Concorrência)	20
107 - Operador de Máquinas (Ampla Concorrência)	10
109 - Pedreiro (Ampla Concorrência)	10
TOTAL	60

2.5. Em caso de haver candidato com deficiência (PcD) para os(as) cargos/funções descritos no quadro do item 2.3., a pontuação exigida será a mesma para candidatos às vagas de ampla concorrência e às vagas de PcD, porém o veículo utilizado para a realização da prova poderá ser adaptado e, para tanto, o candidato deverá encaminhar solicitação em até 07(sete) dias úteis antes da prova para o *e-mail*: contato@ibgp.org.br. (Revogado)

ONDE SE LÊ:

- **4.3.1.** Os candidatos ao(a) cargo/função **Motorista** devem apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "D"**; os candidatos ao(a) cargo/função **Operador de Máquinas** devem apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "C"** conforme estabelecido no **Anexo I** do Edital nº 01/2024.
- 4.4. A não apresentação do documento referido no item 4.2.1 e 4.2.2. não dará direito ao candidato de fazer a prova e, consequentemente, será eliminado do Concurso Público.

LEIA-SE:

- **4.3.1.** Os candidatos ao(a) cargo/função **Motorista** devem apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "D"**; os candidatos ao(a) cargo/função **Operador de Máquinas** devem apresentar, obrigatoriamente, no momento da prova, a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria "C"** conforme estabelecido no **Anexo I** do Edital nº 01/2024, sendo que os candidatos de ambos os cargos deverão entregar também no dia da Prova Prática o **Anexo XIII Termo de Responsabilidade para Condução de Veículos/Equipamentos na Prova Prática,** devidamente preenchido e assinado.
- 4.4. A não apresentação dos documentos referidos nos itens 4.3. e 4.3.1. não dará direito ao candidato de fazer a prova e, consequentemente, será eliminado do Concurso Público.

INCLUI-SE:

3.3 O candidato aos cargos de Motorista e Operador de Máquinas Pesadas é responsável por arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer acidente e/ou avaria causado por ele nos veículos/equipamentos disponibilizados pela Administração Pública do **Município de Capitólio/MG** durante a realização da Etapa da Prova Prática.

ANEXO XIII - TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DURANTE A PROVA PRÁTICA

Eu,			(nome completo do
candidato),	(estado civil),	(profiss	são), portador(a) da Carteira Nacional
			, inscrito(a) no CPF sob o nº
		(en	dereço completo cidade/estado/CEP),
candidato(a) par	a ingresso no cargo de		do Concurso
Público do Mu	nicípio de Capitólio/MG	– Edital nº 01/2024, de	claro e reconheço que é de minha
responsabilidade	a veracidade dos dados in	formados, eventuais infraç	ções e acidentes de trânsito quando o
veículo estiver so	ob minha utilização, o conh	ecimento e o cumprimento	das normas de utilização e condução
correta do veícu	ilo pertencente à Adminis	stração Pública do Munic	cípio de Capitólio/MG, que me foi
disponibilizado p	ara realização da Etapa da l	Prova Prática do referido C	Concurso Público, bem como respeitar
as obrigações cor	ntidas no Edital e na Lei Fed	leral nº 9.503/1997 do Cód	ligo Brasileiro de Trânsito.
Declaro, que vist	oriei o veículo e que ele se	encontra em perfeitas con	dições de dirigibilidade, tendo testado
as setas e luzes, v	verificado os freios e conferi	do que o veículo possui to	dos os acessórios obrigatórios (estepe,
macaco, triângulo	o e extintor de incêndio), be	em como que está com tod	da a documentação legal e atualizada.
Declaro ainda que	e, se cometer quaisquer infi	rações de trânsito ou sinist	ros, inclusive contra terceiros, em que
for constatada a	minha culpa, após decorri	do as instâncias recursais	quando couber, não havendo êxito,
efetuarei o pagan	nento imediato ao Municípi	o conforme as orientações	s do setor responsável e encaminharei
cópia do recibo d	le pagamento (via <i>e-mail</i> , p	rotocolo ou segundo as ins	struções as quais me foram repassadas
pelos responsáve	is) aos Membros da Comiss	ão do Concurso.	
Declaro também	que, em caso de não cump	primento das orientações,	havendo apuração e comprovação da
culpa e o não pag	gamento dentro do prazo leg	al, serei responsabilizado	civil e penalmente (instância comum),
se for o caso.			
Tendo lido o inte	iro teor deste documento, e	stando ciente e de acordo	com as condições e disposições legais
quanto ao uso de	veículos da Administração F	Pública do Município de Ca	pitólio/MG, bem como das obrigações
contidas no refer	rido Edital, nada mais have	endo a declarar, firmo o p	presente Termo de livre e espontânea
vontade.			
		. /	,
	(Local)	(Data	 a)
	 Δ ccii	natura do(a) candidato(a)	
	7 15511	initial do(d) valididato(d)	

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Capitólio, 22 de novembro de 2024.

CRISTIANO GERALDO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG